



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ALICE MANGUEIRA PALITOT

**PROFESSOR PÚBLICO SECUNDÁRIO DO LYCEU PARAHYBANO:
INSTRUÇÃO NORMATIVA DOS CONCURSOS E PERFIL
PROFISSIONAL - 1864 A 1886.**

ALICE MANGUEIRA PALITOT

**PROFESSOR PÚBLICO SECUNDÁRIO DO LYCEU PARAHYBANO:
INSTRUÇÃO NORMATIVA DOS CONCURSOS E PERFIL
PROFISSIONAL - 1864 A 1886.**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Itacyara Viana Miranda

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

P163p Palitot, Alice Mangueira.

Professor público secundário do Lyceu Parahybano:
instrução normativa dos concursos e perfil profissional
- 1864 A 1886 / Alice Mangueira Palitot. - João Pessoa,
2025.

45 f. : il.

Orientação: Itacyara Viana Miranda.
Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. História da educação. 2. Lyceu Parahybano. 3.
Concurso. I. Miranda, Itacyara Viana. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37(813.3)(043.2)

**PROFESSOR PÚBLICO SECUNDÁRIO DO LYCEU PARAHYBANO:
INSTRUÇÃO NORMATIVA DOS CONCURSOS E PERFIL
PROFISSIONAL - 1864 A 1886**

Aprovado em: 03/10/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ITACYARA VIANA MIRANDA
Data: 04/10/2025 08:37:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Itacyara Viana Miranda (DFE/PROFHISTÓRIA/UFPB)
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 VIVIA DE MELO SILVA
Data: 04/10/2025 10:55:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Vívia de Melo Silva (DFE/UFPB)
Examinadora

Documento assinado digitalmente
 DAYANA RAQUEL PEREIRA DE LIMA
Data: 04/10/2025 09:24:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Dayana Raquel Pereira de Lima (DFE/PROFHISTÓRIA/UFPB)
Examinadora

À minha mãe, que me ensinou a ler e a nunca desistir dos meus sonhos.

Ao meu pai, que me faz companhia nesta caminhada.

À minha avó, que, noite após noite, intercedeu por mim.

AGRADECIMENTOS

"Não cheguei até aqui por minhas próprias forças, eu cheguei até aqui porque a boa mão do Senhor está sobre mim" - Neemias 2:18

Meu coração segue transbordando de gratidão, pois, durante todo esse processo, o Senhor me sustentou, guiou e protegeu. Por meio da sua graça e misericórdia, pude desfrutar de uma vida movida pela fé. Benditas sejam as dificuldades, que me lembram o quanto dependo de ti. Sem a sua mão, essa graduação não teria sido possível. Soli Deo Gloria, toda glória a Deus, o Criador.

A conclusão deste trabalho não é apenas uma conquista pessoal, ela faz parte do sonho dos meus pais, pilares da minha vida e da minha formação. Gratidão ao meu pai, Cícero, cuja dedicação me mostrou o quanto o suporte familiar é essencial na educação de uma criança e me fez chegar aqui, aos pés dessa universidade. Gratidão à minha mãe, Vanuza, que nunca mediu esforços para garantir que eu e meu irmão tivéssemos oportunidades melhores. A vocês, devo tudo.

A minha orientadora, Itacyara, que fez esse trabalho ir para frente. Minhas palavras de agradecimento são poucas diante de tamanha dedicação, paciência e compromisso. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando as minhas inseguranças pareciam ser maiores do que minha coragem. Gratidão por cada conselho, por cada correção cuidadosa e por cada incentivo que me fez enxergar novas possibilidades. Carregarei comigo não apenas os aprendizados acadêmicos, mas também a inspiração de alguém que se doa com seriedade e generosidade ao que faz.

Ao meu irmão, Pedro, onde “quebro a lei de irmã mais velha” e confesso o quanto ele foi essencial nessa caminhada. Que tantas noites compartilhou comigo o cansaço das madrugadas de estudo. Essa conquista também reflete o quanto você esteve presente em cada etapa dessa jornada.

Ao meu namorado, Enzo, que não permitiu que eu desistisse no caminho. Obrigada, meu amor, porque, sem o seu apoio, companheirismo e dedicação, a trajetória teria sido muito pesada. Ao seu lado, aprendi que o amor verdadeiro se mostra nas pequenas coisas, palavras de incentivo, em um gesto de carinho e na presença constante.

Agradeço à minha família, minhas tias e primas, que estiveram ao meu lado e acompanharam todo o processo. Cada um de vocês, de diferentes formas, vibraram com cada vitória minha como se fossem suas. Todo o esforço e a dedicação de vocês me ensinaram

valores de generosidade, perseverança e união. Minha eterna gratidão por acreditarem tanto no meu potencial.

Por último, não menos importante, as minhas amigas, que seguiram comigo na universidade, Ericka e Rafaela. Gratidão também aos que me acompanham fora dela, pois, mesmo diante da minha ausência, nunca deixaram de torcer e apoiar cada passo. Se hoje celebro esta etapa com felicidade e orgulho, grande parte disso se deve a vocês, que viram muitas lágrimas e me acolheram com o maior amor do mundo.

Essa conquista é nossa, e a cada um de vocês dedico minha gratidão, lembrando que nenhum sucesso é alcançado sozinho. Obrigada por fazerem parte desta história, que ficará para sempre marcada em meu coração.

RESUMO

Investigar o perfil da docência secundária pública torna-se algo desafiador, uma vez que temos identificado uma formação diversa e ocupações múltiplas por parte dos professores no século XIX. Pensando nisso, objetiva-se buscar a trajetória dos concursos para a instrução pública secundária da Província da Paraíba entre 1864 e 1886, levando em consideração as normativas educacionais e as trajetórias profissionais da docência no Lyceu Parahybano. A pesquisa justifica-se pela relevância de compreender aspectos da identidade do professor público secundário, através de dois marcos legais – 1864, promulgação da Lei Provincial nº 178, e 1886 com o novo Regulamento Geral da Instrução de nº. 36. A metodologia utilizada apresenta-se de caráter qualitativo, revisão bibliográfica e investigação documental, baseada na análise de fontes primárias - leis, regulamentos e jornais, que foram encontrados no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e na Hemeroteca Digital Brasileira. O referencial teórico utilizado fundamenta-se na História Cultural e nos conceitos de representação e identidade docente. Trajetórias como a de Thomaz de Aquino Mindello e Manoel Pedro Cardoso Vieira, tornam-se fundamentais para a compreensão do perfil da docência secundária do Lyceu Parahybano, apresentando uma combinação de formação profissional, prestígio social e inserção em círculos de poder. Os principais resultados, referem-se aos concursos estarem alinhados às diretrizes imperiais/provinciais de organização da instrução pública secundária, materializando-se em exigências formais de formação acadêmica, conduta moral e habilidades, que nos levam à proposição de um possível perfil do magistério público secundário na Província paraibana.

Palavras-chave: História da Educação. Lyceu Parahybano. Concurso. Magistério Público Secundário.

ABSTRACT

Investigating the profile of public secondary education becomes a challenging task, as we have identified a diverse education and multiple occupations among teachers in the 19th century. Considering this, the objective is to trace the trajectory of the public secondary education competitions in the Province of Parahyba between 1864 and 1886, taking into account the educational regulations and the professional trajectories of the teaching staff at the Lyceu Parahybano. The research is justified by the relevance of understanding aspects of the identity of the secondary public school teacher, thru two legal milestones – 1864, the promulgation of Provincial Law No. 178, and 1886 with the new General Regulation of Instruction No. 36. 36. The methodology used is qualitative in nature, involving a literature review and documentary research, based on the analysis of primary sources - laws, regulations, and newspapers, which were found at the Paraíba Historical and Geographical Institute (IHGP) and the Brazilian Digital Newspaper Archive. The theoretical framework used is based on Cultural History and the concepts of representation and teacher identity. Trajectories such as those of Thomaz de Aquino Mindello and Manoel Pedro Cardoso Vieira become fundamental for understanding the profile of secondary education at the Lyceu Parahybano, presenting a combination of professional training, social prestige, and insertion into circles of power. The main results refer to the competitions being aligned with the imperial/provincial guidelines for the organization of secondary public education, materializing in formal requirements of academic training, moral conduct, and skills, which lead us to propose a possible profile of the secondary public teaching profession in the Paraíba Province.

Keywords: History of Education. Lyceu Parahybano. Competition. Public Secondary Teaching.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Edital de Concurso Público para Professor do Lyceu Parahybano publicado em
“O Publicador”

24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura Curricular e Professores do Lyceu Parahybano em 1885 28
Quadro 2: Comissão examinadora de exames preparatórios e seus respectivos membros 35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. CONCURSOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO SECUNDÁRIO DO LYCEU PARAHYBANO.....	15
2.1 Instruções normativas: das leis aos regulamentos gerais da instrução, como estavam sendo pensados os concursos da docência para o ensino público secundário na Paraíba do Norte.....	16
2.2 Da Seleção ao Exercício da profissão: análise de anúncios dos concursos de professores para o Lyceu Parahybano nos jornais em circulação na Província.....	22
3. REPRESENTAÇÕES E TRAJETÓRIAS DA DOCÊNCIA PÚBLICA SECUNDÁRIA DO LYCEU PARAHYBANO.....	30
3.1 Thomaz de Aquino Mindello: Formação, atuação e reconhecimento na instrução pública secundária.....	31
3.2 Manoel Pedro Cardoso Vieira: magistério, engajamento político e construção de prestígio.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

Analisar o perfil da docência secundária pública no século XIX constitui um exercício complexo, que reside na necessidade de compreender aspectos da identidade moldada em um âmbito educacional que não oferecia formações específicas para a função de professor secundário, diferente do que podemos pensar para a Província paraibana, acerca da instrução primária, ainda que em fins do século XIX, mais precisamente no ano de 1884, quando do advento da constituição da Escola Normal.

Partindo desse dado, de não haver um local específico para formação dos professores secundários, é que estabelecemos como objetivo geral investigar os caminhos da docência e, mais precisamente, dos concursos para a instrução pública secundária paraibana, dentro do recorte temporal de 1864 a 1886, tomando por base a análise das normativas educacionais e das trajetórias profissionais de professores do Lyceu Parahybano, visando à constituição de um possível perfil profissional desses mestres. Mas, mais que isso, buscando compreender quais os caminhos que os qualificavam para o exercício da função.

Portanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (I) Identificar nas leis e regulamentos da instrução, voltados para o magistério na instrução secundária do Lyceu, as exigências formais e os critérios anunciados para os concursos de professores; (II) Mapear e analisar os anúncios, editais, convocatórias e resultados dos concursos públicos por meio de jornais encontrados no IHGP, que circularam na Província entre os anos de 1864 e 1886; e (III) Apresentar as trajetórias de Thomaz de Aquino e Manoel Pedro Cardoso Vieira, professores secundários da Instituição em questão, destacando as suas formações acadêmicas, vínculos políticos e o reconhecimento profissional no contexto da Província.

É preciso dizer que o Lyceu Parahybano foi o único espaço de instrução pública secundária na Província e que acolheu em seus bancos os mais diversos moços da elite, seja do interior ou da capital, que tinham naquele espaço as esperanças renovadas de continuidade dos seus estudos, mas também de aprofundamento para adentrar no nível superior, uma vez que seria o Lyceu, uma porta de acesso via exames preparatórios, bem como teria ele, a equiparação ao Colégio Pedro II, o que lhe garantia prestígio e segurança em torno do processo formativo.

Quando lançamos o olhar para o corpo docente dessa Instituição, temos que ter em vista, que a maioria deles, se não a sua totalidade, eram homens advindos das camadas de uma elite política e econômica, que tiveram oportunidade de estudos fora da Província e até mesmo, fora do Brasil. Eram professores, mas também advogados, médicos, escritores,

políticos, ou sejam, possuíam e exerciam diversas ocupações no conjunto social. Dessa forma, o palco desses docentes transpassava uma instituição escolar histórica, marcada pela sua grande influência na Província e por espaços outros, que não somente a esfera instrucional, conforme nos indicou Miranda (2017), ao expressar em seus argumentos de tese que o Lyceu e seus sujeitos estavam em constante interlocução com o conjunto social.

Estudar esse passado nos leva a problematizar: qual o perfil, identidade profissional desse professor público secundário na Paraíba? Esse questionamento não só nos guia, como é ponto de partida para pensar os concursos, práticas, valores e estruturas que foram importantes para moldar o ofício do docente do Lyceu no século XIX. É preciso deixar claro que não é nossa intenção mapear por completo quem foram esses sujeitos, isso porque nem teríamos tempo hábil dentro da escrita do TCC, mas também por que já sabemos que a Instituição vivenciou a circulação de muitos clérigos e bacharéis em sua Congregação, e que essa pluralidade formativa se apresenta como um elemento possível de reflexão de qual era o perfil acionado nos concursos, como funcionavam e, de algum modo, ir traçando os contornos dessa docência a partir desse instrumento de seleção e avaliação dos candidatos ditos, mais bem qualificados.

Muito embora, a crítica que suscitamos ao longo desse trabalho é a de que, para além do instrumento legal dos concursos, devemos também considerar as práticas de apadrinhamento político frente aos seus resultados. Estamos tratando de um perfil que não necessariamente é fechado em si, mas que representa a diversidade formativa desses homens, professores públicos secundários e suas redes de sociabilidades.

Ainda que, para promover um processo legítimo de nomeações, os concursos possuíssem critérios definidos, estes não eram seguidos à risca, revelando uma prática voltada aos interesses das camadas mais altas da sociedade. Serão utilizados dois protagonistas para exemplificar o perfil dessa docência e as tramas que envolvem os concursos docentes, são eles: Thomaz de Aquino Mindello e Manoel Pedro Cardoso Vieira, que além de professores, não se restringiram à sala de aula, atuaram ativamente na vida pública, política e cultural da Província.

A escolha dos docentes se deu por eles representarem, de maneira exemplar, as diversas nuances do ofício docente e o perfil social específico esperado para o magistério público. O professor Thomaz de Aquino Mindello, chefe do partido conservador, sendo o professor mais antigo da instituição (Lima, 2010), tendo a sua trajetória marcada pela representativa da longevidade e do prestígio que o ofício docente poderia conferir dentro da elite provincial. A presença de Manoel Pedro Cardoso Vieira, um abolicionista intelectual

negro, em um cargo de prestígio, sendo particularmente bastante relevante para a pesquisa, pois contribui para o combate ao silenciamento e apagamento da memória, ajudando a compreender a complexidade das relações raciais em espaços de elite do Brasil Imperial.

O recorte temporal escolhido se baseia no sistema normativo de instrução pública: As Leis e Regulamentos, que auxiliam na compreensão acerca de como o magistério secundário foi realizado, sendo 1864, definido pela referência legal - a promulgação da Lei Provincial nº 178 de 1864, que reorganizou a instrução pública na Paraíba, estabelecendo a obrigatoriedade dos concursos públicos para admissão de docentes; e o ano de 1886, que foi marcado pelo novo Regulamento Geral da Instrução de n. 36.

No que pese a metodologia utilizada, a mesma vem sendo aqui apresentada por seu caráter qualitativo, oferecendo o embasamento teórico e contextual, combinando revisão bibliográfica e investigação documental. Ao longo do processo de levantamento documental, nos deparamos com um montante considerável dessas fontes, a saber: O Imparcial (1861), A Regeneração (1861), O Despertador (1861), Jornal da Parahyba (1863), O Tempo (1865), A Opinião (1867), O Publicador (1868), A União Liberal (1879), O Liberal Parahybano (1879), A Parahyba (1880), O Emancipador (1883), O Mercantil (1883) e O Popular (1884) -, Os exemplares foram encontrados no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e na Hemeroteca Digital Brasileira, que nos auxiliam a elucidar aspectos correlatos não só aos concursos, mas também às redes de sociabilidades dos professores.

O referencial teórico se fundamenta na História Cultural, alinhado ao campo da História da Educação. Os conceitos que refletem ativamente esse cenário de disputas simbólicas e políticas auxiliaram nas buscas para compreender a identidade do professor público secundário, englobando a exigência de formação formal e moralidade, mas sendo definida também pelo prestígio social e pelo poder da elite. Adentrando, nesses círculos de poder, pode-se observar que a lente analítica da representação permite à pesquisa demonstrar que as concepções do mundo social nunca são discursos neutros, configurando-se, conforme Chartier (1990), que alega que essas construções visam impor uma autoridade e que são determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Essa atuação para além da sala de aula é diretamente associada à figura do intelectual, cita-se Sirinelli (1998) para refletir como essas pessoas utilizavam e colocavam seus conhecimentos e ideias a serviço da vida pública.

O texto segue estruturado em dois capítulos principais, qual seja: Primeiro capítulo, são apresentados os concursos do magistério público secundário do Lyceu Parahybano, no qual abordamos as instruções normativas e a análise dos anúncios dos concursos nos jornais em circulação na província; Segundo capítulo, tratamos da apreciação das representações e

trajetórias da docência pública secundária do Lyceu Parahybano, nas quais damos evidência às biografias de Thomaz de Aquino Mindello e Manoel Pedro Cardoso Vieira.

Dito isto, gostaríamos de ressaltar, por fim, que o trabalho aqui apresentado é também resultado de pesquisas de Iniciação Científica, projeto PIBIC/UFPB - Por uma História da Instrução Pública Secundária: configuração do perfil docente na Paraíba Imperial (1852-1886), tendo como desdobramentos este TCC, cujo interesse se deu pelo universo dos concursos de professores, de modo a contribuir com os estudos do campo da História da Educação da Paraíba e o seu fortalecimento historiográfico.

2. CONCURSOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO SECUNDÁRIO DO LYCEU PARAHYBANO

Esta pesquisa concentra-se nos concursos para professores do Lyceu Parahybano¹, instituição histórica que possuía uma grande influência cultural e educacional durante o século XIX. Ao estabelecer o recorte temporal, optou-se pelos anos de 1864 e 1886, através de marcos locais, lei e regulamento da instrução, que visavam uma melhoria da qualidade e da organização do magistério, mas com evidentes desafios dentro da estruturação do sistema educacional nacional, que esbarrava em limitações econômicas e estruturais da província. Sendo assim, “os concursos, dentro das imbricações de um projeto educacional, deixaram transparecer um traço de uma política clientelista, que dava a entender que estes, os concursos, para além da normativa posta, estabeleciam práticas de manutenção e garantia das elites” (Silva, p. 38).

Os concursos tinham o intuito de assegurar um processo mais transparente e legítimo quanto às capacidades dos futuros docentes. Dessa forma, era utilizado para enfrentar ou mascarar essas distorções, criando critérios formais, objetivos e padronizados para seleção, que pudessem garantir que apenas candidatos com as qualificações e competências adequadas fossem escolhidos. Percebe-se que o governo buscava fortalecer sua autoridade e construir uma burocracia baseada na competência técnica, para consolidar o projeto de modernização e centralização do poder.

¹ Respeitando a grafia, utilizei na pesquisa a nomenclatura da época, logo, quando falo Parahyba, me refiro a atual cidade de João Pessoa e Parahybanos são os habitantes naturais que residiam. Nesse contexto, o que chamamos hoje de estados, eram as antigas províncias, o centro desse estudo tem como base a Parahyba do Norte. O imperador nomeava um presidente para essa província e elas tinham o seu próprio governo.

2.1 Instruções normativas: das leis aos regulamentos gerais da instrução, como estavam sendo pensados os concursos da docência para o ensino público secundário na Parahyba do Norte

Ao pesquisar como funcionavam os concursos para a docência pública secundária, estamos assim o fazendo em diálogo com Lyceu Parahybano, que é considerada a mais antiga instituição pública desse grau de ensino. A mesma avançava em seus propósitos na província, mas era também um reflexo direto da desigualdade de acesso existente quanto ao ensino secundário que ocorria em várias regiões do Império. Conforme indicado por Miranda (2017), essas escolas geralmente eram para a formação da juventude pertencente às famílias de classes sociais mais favoráveis economicamente e que viviam em centros urbanos.

Segundo Saviani (2007), em um contexto de escassez de recursos e de pessoas especializadas, durante o Império, a organização do sistema educacional brasileiro, possuía uma estrutura de gestão bastante frágil, apresentando os diretores gerais da instrução pública, funções amplas de organização e fiscalização, no âmbito administrativo e pedagógico. Dialogando com o autor, observamos a Lei nº 6 de 1856 que estabelecia critérios de avaliação para o exercício da função docente, bem como o Regulamento² da Instrução Primária e Secundária Pública Província da Parahyba de 1860, que antecede o marco temporal, mas que deve ser citado para contextualizar, pois estabeleceu as normas que determinavam como deveria ocorrer o funcionamento da educação na província, desde a aprovação nos concursos públicos até os exercícios da função docente.

Admettida a justificação nos termos dos artigos antecedentes, será lavrada com requerimento do pretendente á presença do presidente da provincia pelo director da instrucção publica, e resolvido por aquelle o concurso, será por este anunciado com o prazo de 30 dias, encerrado o qual, se anunciará de novo dia para o exame que terá lugar uma das salas do gymnasio sob (p. 14) a presidencia do director da instrucção publica, perante o presidente da provincia, quando esta o julgar conveniente, por dois examinadores nomeados pelo presidente.

Art. 22. O exame vessará não sobre as materias do ensino respectivo, como tambem sobre o sistema pratico e methodo do mesmo ensino, seguindo as instruções que foram expedidas pelo director da instrucção publica, depois de approvadas pelo presidente da provincia.

² Art. 17º Só podem exercer o magisterio publico os cidadãos brasileiros que provarem: 1º Maioridade legal; 2º Moralidade; 3º Capacidade profissional (p. 13). (...) Art. 19º Perante o director da instrucção publica se proverá: A idade legal com certidão em fórmula; A moralidade com folhas corridas no disticto da residencia, e attestado do respectivo parocho; A capacidade profissional prover-se-ha em exame oral ou por escripto, nos termos do art. 22. [grafia e ortografia conforme o original da época] (PARAÍBA. *Regulamento da Instrucção Primaria e Secundaria publica e particular da Provincia da Parahyba - 1860*)

Art. 23. A votação será em escritorio secreto. 1º Sobre o merecimento absoluto dos candidatos, quando houver mais de um, 2º sobre o seu merecimento relativo. Será lavrado pelo secretario da instrucção publica em livro próprio, o respectivo termo, no qual se deverá declarar se as approvações forão plenas, ou pela maior parte, e bem assim qualquer nota de distinção que haja merecido algum dos concurrentes. O director transmittirá com brevidade copia do termo ao presidente da provincia acompanhada das provas dos exames de todos os concurrentes, e proporá d'entre elles o que lhe parecer preferivel para a escolha.

Art. 30. O provimento em qualquer cadeira só será considerado vitalício depois de 5 annos, de effectivo exercicio e bons serviços.

[grafia e ortografia conforme o original da época] (PARAÍBA. Regulamento da Instrução Primária e Secundária pública e particular da Província da Parahyba - 1860)

Os ajustes realizados ao quadro normativo foram ocorrendo gradativamente ao longo dos anos. Um marco importante e que é o ponto de partida para esta pesquisa, é a Lei Provincial nº 178 de 1864, sancionada pelo Presidente da Província Sinval Odorico de Moura, que através dela, foi estabelecida a obrigatoriedade de concursos públicos para a admissão de docentes e também de diretrizes para o funcionamento do Lyceu Parahybano (INEP, Lei n. 178 de 1864, 2023), aspectos como o currículo, o número de cadeiras e as exigências para os professores.

Segundo Ferronato (2012), o Lyceu, que inicialmente oferecia apenas cadeiras tradicionais como Latim, Philosophia e Rhetorica, após a Lei de 1864, passou a incluir disciplinas técnicas e de formação moderna. Esses novos cursos, eram considerados úteis para o mundo do trabalho e estariam para além das áreas das humanidades. Ademais, a supracitada Lei n. 178 de 1864, também deixava saber acerca da validade dos diplomas expedidos pela instituição, que teriam eles, garantia para o exercício de cargos públicos provinciais, bem como argumentava sobre a necessidade de restrição de abertura de escolas particulares que não tivessem prévia autorização do governo provincial, além de estabelecer regras rígidas para as licenças dos professores e as condições para obtenção da vitaliciedade.

Como se observa, havia uma prescrição geral de como a instrução pública secundária passaria a funcionar na província, mas mais que isso, havia uma indicação de quem seriam esses professores do Lyceu e quais as formas de ingresso à instituição. Os concursos eram estabelecidos para as disciplinas específicas, como latim, filosofia, francês, inglês, geometria, geografia, retórica, história. Esse processo de seleção era acompanhado rigorosamente pelas autoridades educacionais. Quando pensamos no perfil das pessoas que seriam nomeadas, lembramos que os docentes refletiam os ideais da época, onde era valorizado não apenas o domínio do conteúdo, mas também a formação moral, que estava alinhada aos valores do Império. Esses docentes tinham que ser vistos como agentes fundamentais para a

"civilização" e para o progresso da província. Contudo, temos identificado que seriam eles advogados, médicos, bacharéis e padres a ocuparem as vagas da congregação dos mestres do Lyceu Parahybano.

Para além dos concursos, havia a possibilidade de ingresso à instituição através de vaga de professor substituto, assim nos pareceu ter sido o caso, quando da existência de vaga por jubilação do Pe. João do Rego Moura, sendo nomeado em seu lugar o Lindolfo José Correia das Neves para a cadeira de filosofia. Justificaram a escolha destacando que o interessado tinha "habilitações e merecimento" e que confiavam na sua capacidade de exercer o cargo, sem que houvesse a necessidade de um concurso. Esse fato certamente é um indicativo de que em paralelo a regra dos concursos, existiram as influências diretas de apadrinhamento e política local. Quanto a isso lemos:

Com pesar o digo, esse ramo de serviço urge promptas reformas. O regulamento que o rege é assaz defeituoso para poder reprimir os vícios e abusos. Aguardava-se a chegada do diretor efetivo para, de acordo com ele, dar novo regulamento para a instrução pública, e logo pôr a concurso o provimento de muitas cadeiras, que se acham providas interinamente. Tendo vagado a cadeira de Filosofia do Lyceu por jubilação do respectivo professor padre João do Rego Moura, foi nomeado interinamente o comendador Lindolfo José Correia das Neves para preenchê-la. As habilitações e merecimento do nomeado dão perfeita garantia do satisfatório preenchimento da dita cadeira. E eu muito folgo de haver feito semelhante nomeação, na qual tenho consciência de haver consultado os interesses da instrução pública da província. (O Publicador, 23 de setembro de 1868)

Da citação acima em destaque, podemos perceber a utilização de termos como, "com pesar", ao registrar que a instrução necessitava de reformas urgentes, pois o regulamento então em vigor era "assaz defeituoso para poder reprimir os vícios e abusos" existentes no serviço da instrução pública. Nesse mesmo documento podemos observar que as regras para os concursos na teoria eram bem determinadas, porém na prática poderia ocorrer de forma flexibilizada ou até mesmo ser dispensada. Era bastante recorrente as nomeações³ interinas ou através de títulos científicos reconhecidos. Entendemos que muito provavelmente, diversas pessoas com grande influência podiam ocupar cargos efetivos sem a necessidade de passar por um concurso formal, isso em um cenário em que a estrutura administrativa da instrução pública ainda estava buscando a sua consolidação normativa e operacional.

³ O Senrº Peixoto apresenta um requerimento no sentido de pedir-se [...] informações à Directoria d Instrucção Pública, sobre o número de exames que prestou n'aquelle repartição Manoel José Alves Branco, a qtos concursos se appoz e qe o grau de aprovação q obteve. (...) O Senrº Trinde offerece uma emenda no sentido de concedér-se igual favôr a Franco Antônio de Souza e Silva, já aprovado em dois concursos nesta cidade... (PARAÍBA, Atas da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, sessão de 18 de junho de 1872)

Em 1869 foi publicado o edital de concurso para a cadeira de filosofia do Lyceu Parahybano. Segundo a publicação oficial, por determinação do Presidente da Província, os interessados tinham um prazo de sessenta dias para se habilitarem, instruindo suas petições com os documentos exigidos no artigo 47 do Regulamento de 11 de março de 1852⁴. Este episódio demonstra que, embora o regulamento já previsse formalmente a realização de concursos, sua aplicação efetiva ainda dependia de determinações específicas do governo provincial, que determinava quando e como seria aberto aquele concurso.

O IIIlm. Sr. Dr. director da instrucção publica desta provinci manda fazer publica que, em virtude do que acaba de determinar o Exm. Sr. presidente da provincia, acha-se em concurso a cadeira de philosophia do lyceo desta cidade, devendo os pretendentes a mesma habilitarem-se perante a presidencia no prazo 20 de 60 dias, contados da data deste, instruindo suas petições com os documentos de que trata o art. 47 do regulamento do 11 de março de 1852. (O Publicador, 23 de julho de 1869)

Seguindo esse segmento, os *Despachos publicados no jornal O Publicador* (1868), abordou posteriormente pistas, acerca da nomeação de Lindolfo José Correia das Neves, que foi indeferida por causa da incompatibilidade com o cargo que ocupava como procurador fiscal da província. Os professores secundários costumavam ter títulos além da docência, uma vez que estes não eram formados para a profissão, professor, mas sim e a partir das suas outras formações, acabavam sendo reconhecidos para o exercício da função. Contudo, a ocupação em determinados cargos públicos, era, pois, motivo de impedimento para o acúmulo com a docência. O que nos parece ter sido a causa da inviabilidade, de Lindolfo José Correia das Neves, de ser nomeado como professor substituto, por causa do seu acesso direto a recursos e informações da província: “Não podendo o suppliente ser nomeado professor pela incompatibilidade como empregado que exerce de procurador fiscal da Fazenda, não está no caso de ser admitido ao concurso; pelo que foi indeferida a sua petição”. (O Publicador, 23 setembro de 1868).

Ainda acerca da vaga da cadeira de filosofia, identificamos na edição do jornal O Publicador do dia, 04 de outubro de 1869, a notícia de que Presidente da Província nomeou os professores do Lyceu, Manrique Victor de Lima e Thomaz d’Aquino Mindello, como examinadores da banca de concurso da cadeira de filosofia. Estando a prova marcada para acontecer no Palácio do Governo, às 12 horas da manhã, no dia 21 de outubro daquele mesmo ano.

⁴ Conforme determinava o Regulamento Geral de 1852, especificamente no seu artigo 47, os candidatos às cadeiras de ensino deviam apresentar: requerimento; prova de habilitação legal; atestados de bons costumes e moralidade; prova de idade legal; comprovação de cidadania brasileira; e declaração de não exercer cargo incompatível com o magistério (PARAÍBA, Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Regulamento Geral da Instrução de 1852).

O presidente da província de conformidade com o Reg. De 11 de março de 1852, resolve nomear os professores do lyceu desta capital, Thomaz d' Aquino Mindello e Manrique Victor de Lima para examinadores no concurso á cadeira de philosophia do mesmo lyceo o qual deve ter lugar ás 12 horas do dia 21 do corrente mês em uma das salas do palacio do governo (O Publicador, 04 de outubro de 1869).

O que sabemos, em decorrência da análise das fontes consultadas para pesquisa, foi que o Pe. Leonardo Antunes Meira Henriques foi nomeado para a vaga.

Achando-se vaga a cadeira de Philosophia, na fórmula do Regulamento a mandei pôr em concurso o que teve logar no dia 21 do mez proximo findo; sendo nella provido o Padre Leonardo Antunes Meira Henriques. É muito conveniente acabar com as cadeiras do ensino secundario na Província; são um pesado onus sem vantagem alguma: esse sistema de cadeiras de ensino secundario esparhadas em diversos pontos está hoje em descredito. Essa extincção será mais uma animação para o Lyceu. (O Publicador, 11 de outubro de 1869).

Ainda acerca dos concursos para a docência pública secundária na província, temos que os clérigos estariam dispensados de fazerem provas, sendo a eles exigido apenas, que tivessem comprovada boa conduta civil e religiosa. Essas exceções, a nosso ver, feriam o dispositivo legal que nomeava os candidatos com base na Lei nº 454 de 1872, visando provas de habilitação intelectual, moral e as suas qualificações profissionais, ainda que saibamos que para ser padre é necessário muito estudo e que sua formação por si só já seria comprovação do seu potencial intelectual. Isso nos mostra que o concurso era a regra geral, mas que haviam categorias privilegiadas que podiam ser dispensadas (INEP, Lei nº454, 2004, p. 52). O capital simbólico, através do *status* social, servia como um “diploma informal”, que os tornavam aptos a ocuparem determinados cargos. O Brasil imperial ainda funcionava muito com base em honras e heranças sociais, sem dar tantos critérios objetivos, como provas ou avaliações de competência.

Ainda no que pese aos concursos, extraímos do documento oficial da Secretaria da Instrução Pública da Parahyba do Norte, encontrado no jornal *O Publicador*, publicado em 28 de agosto de 1879, houve a circulação da notícia de abertura de concurso para a cadeira de língua nacional, sendo o seu edital datado de 7 julho de 1879. A vaga foi aberta devido ao falecimento do professor titular, o bacharel Custodio Domingues dos Santos Junior. O exame foi marcado com antecedência, permitindo que os interessados pudessem se preparar e entregar toda a documentação necessária em um prazo de sessenta dias.

Pela Directoria da Instrucção Publica desta província se manda anunciar que, em virtude de ordem de S. Exc. o Sr. Presidente da Província, de 5 do corrente mez, e na conformidade do regulamento de 11 de março de 1852, se acha posta em

concurso, da presente data, a sessenta dias, a cadeira de língua nacional do lyceo, vaga por falecimento do respectivo proprietário, bacharel Custodio Domingues dos Santos Junior. Os candidatos que se propuzerem ao concurso da mencionada cadeira, deverão comparecer competentemente habilitados, dentro do referido prazo, segundo as prescrições dos §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do art. 57 do regulamento citado (O Lyberal Parahybano, 28 de agosto de 1879).

Como essa cadeira ficou sem ninguém para dar aula, o governo da província da Paraíba do Norte abriu um concurso público para preencher sua vaga. O processo para que houvesse a realização desses exames, na maioria das vezes, levava tempo, principalmente quando um professor se aposentava ou surgia uma turma nova. Porém, deixar os alunos sem aulas, era algo totalmente inviável, então criaram a Lei nº 692 de 1879, que autorizava o presidente da província a nomear professores provisoriamente para cadeiras que ficassem vagas ou fossem criadas, mesmo que essas pessoas ainda não fizessem parte do quadro oficial de professores (INEP, 2004, p. 56). Essa nomeação era temporária, enquanto se realizava o concurso definitivo para preenchimento da vaga.

Em 1883, o Presidente da Província, José Ayres do Nascimento, assinou a Lei de 7 de dezembro, que levou a Paraíba do Norte a várias mudanças importantes (INEP, 2004, p. 56). A partir dessa Lei, ficou determinado que fosse criada uma cadeira de Pedagogia, que poderia ser ocupada sem concurso. Nesse momento, que vai de 1884 a 1885, o Lyceu vai ser aproveitado, em termos de estrutura física e pedagógica, para a criação da Escola Normal, que passa a funcionar acostada a essa estrutura já existente, voltada para o ensino primário.

Ainda que não fosse uma lei voltada para o Lyceu em si, essa cadeira se insere no processo de formação de professores e organização da instrução na Paraíba do Norte e nos oferece indícios para pensar como era o funcionamento dos concursos na província, bem como também o foi o funcionamento dos concursos no nível primário, a saber:

Art. 15 – Serão providas vitaliciamente nas cadeiras do ensino primário as pessoas que apresentarem diplomas pelo Externato Normal. Só terão lugar os concursos enquanto não houver pessoas nessas condições, ou quando não aceitarem a nomeação; Art. 16 – Os concursos para admissão ao magistério terão lugar uma vez anualmente, quando houver cadeiras vagas e não se apresentarem pessoas habilitadas pelo Externato Normal; Art. 22 – Os concursos constarão de três provas, sobre pontos tirados à sorte: 1.Escrita: desenvolvimento de uma questão de pedagogia. 2.Oral: exposição sobre uma das matérias do Externato Normal. 3. Prática: direção de uma aula simulada com método e processo pedagógico; Art. 23 – Será permitido aos concorrentes arguir-se reciprocamente sobre a prova escrita; Art. 24 – A arguição nas provas escrita e oral, a prova prática de uma seção da escola, e a arguição recíproca, durarão uma hora por concorrente; Art. 25 – As provas escritas durarão duas horas; Art. 26 – Terminadas as provas, os concorrentes serão julgados por escrutínio secreto. No caso de empate, o presidente terá voto de qualidade; Art. 27 – Haverá três graus de aprovação; Simples. Plena. Com distinção. (INEP, Lei 7 de Dezembro de 1886, 2004, p.66)

Conforme observamos, o concurso, no nível da instrução primária, após advento da Escola Normal/Externato Normal, ocorreria quando não houvesse nenhuma pessoa formada e com título daquele estabelecimento, uma vez que teriam as normalistas prioridade para assumir tais vagas. A seleção ocorria de forma técnica e meritocrática e as provas aconteciam em três etapas: prova escrita, oral e prática. Embora seja esse um indício claro de como os concursos funcionavam, diferente de um espaço de formação da docência específico que garantisse a prioridade no momento da posse do cargo de professor, refletindo sobre o Lyceu Parahybano, o que podemos dizer é que em se tratando de concursos para a instituição, para além da capacidade intelectual e moral, a qual já tratamos, teria vantagem em caso de desempate, ex-alunos, conforme nos fala Miranda (2017).

Certamente, pesquisar o funcionamento dos concursos do Lyceu Parahybano não é tarefa fácil, pois perpassa não só compreender a norma prescrita, mas toda uma trama envolvente em relações de poder instituídas. O *lócus* dos concursos representa uma estrutura educacional que estava em construção, em um período marcado por avanços, retrocessos e disputas simbólicas. Observa-se uma instrução dentro de um campo em que se negociavam cargos e funções. Com um sistema cheio de falhas, revelando a tensão entre o que estava previsto na lei e o que realmente acontecia na prática. Repleto de tentativas e erros, mas, antes de qualquer julgamento acerca dessa época, é importante ressaltar que foram frutos de um contexto histórico onde a todo momento, buscava-se equilibrar interesses políticos, religiosos, sociais e pedagógicos.

2.2 Da Seleção ao Exercício da profissão: análise de anúncios dos concursos de professores para o Lyceu Parahybano nos jornais em circulação na Província

Mapeando a imprensa oitocentista, identificamos que alguns dos jornais com os quais trabalhamos foram veículos de comunicação oficial do governo, a exemplo de “O Publicador”. Estes serviam como uma ponte de informações entre o governo e a população, divulgando decisões administrativas e assuntos políticos da Província da Paraíba do Norte. Para além, os periódicos, “eles também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores, buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem” (Barros, 2021, p. 425). A escolha em trabalhar com jornais se justifica não apenas por seu valor documental, mas por seu potencial de circulação de vivência cotidiana.

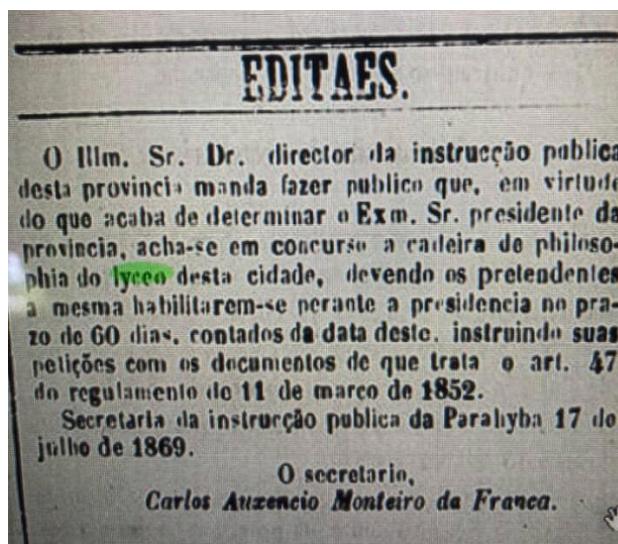
As formas que os objetos históricos adquirem só podem ser explicadas pela própria História. É vasculhando as camadas constitutivas de um dado saber, de um dado acontecimento, de um dado fato, que podemos apreender o movimento de seu aparecimento, aproximando-nos do momento em que foi ganhando consistência, visibilidade e dizibilidade, foi emergindo como as duras conchas emergem do trabalho lento de petrificação do lamaçal do mangue (Albuquerque Júnior, 2000, p. 120).

Evidenciamos que nem todos os jornais utilizados como fontes puderam fornecer notícias de registros sobre os concursos públicos destinados ao provimento de cadeiras no Lyceu Parahybano, o que é natural acontecer e faz parte do processo de pesquisa e seleção das fontes. Compreendemos que, nessa direção os jornais nos fornecem pistas ricas em informações diversas, que nos auxiliam nesse curso (re)inventivo. Esse processo de escrita de uma história dos concursos no âmbito do Lyceu, necessita de um olhar minucioso para as publicações de editais e nomeações que circularam nos periódicos, revelando não apenas os procedimentos formais exigidos para o exercício da docência no ensino secundário público, mas também os bastidores das decisões e as tensões entre norma e prática.

Contudo, não é uma pesquisa fácil, muito pelo contrário, exige dedicação e paciência, uma vez que as notícias não estão compiladas em um mesmo local, fonte, acervo e muito menos, estão organizadas em função da trajetória dos sujeitos educacionais. Para cada análise, tentou-se responder para quem, provavelmente, esses editais eram direcionados? Que tipo de linguagem e vocabulário eram usados? Como as notícias e os editais buscavam convencer ou instruir seus leitores sobre o perfil desejado para os professores públicos secundários? Uma vez alcançado algum rastro ou indício que nos auxiliasse a formular respostas, foram estabelecidas comparações para verificar a consistência das informações e identificar lacunas ou contradições nos registros históricos.

Conforme já discutido, o edital deixava evidente os prazos, requisitos, documentos exigidos e onde aconteceria a prova. O formato dos anúncios de concurso tinha uma estrutura padronizada no jornal *O Publicador*, o cabeçalho oficial tem um destaque visual com o nome “Editaes” e era reproduzido com mínimas variações. Dessa forma, iniciava-se a sessão citando o Presidente da Província ou o Diretor da Instrução Pública, que eram as autoridades responsáveis que legitimam o processo seletivo e reforçam a centralidade do Estado provincial na organização da instrução pública. O tom utilizado era sempre formal, impersonal e legalista, algo muito comum nos documentos do Império.

Figura 1 – Edital de Concurso Público para Professor do Lyceu Parahybano publicado em “O Publicador”



Fonte: O Publicador, edição de 1869. Acervo da Hemeroteca Digital.

Como se observa da imagem e segundo a interpretação aqui defendida, esse formalismo era um filtro social, longe de romper com quaisquer privilégios, muitas vezes acabava mesmo reforçando, posto ser sua linguagem direcionada a um público alvo específico, qual seja: elite letrada e capaz de transitar com desenvoltura entre as exigências do Estado imperial e os valores da sociedade oitocentista. Sendo os candidatos homens com formação acadêmica e eclesiástica, provavelmente familiarizados com as leis e regulamentos da instrução e com bons contatos políticos, uma vez que, apesar de haver os concursos, muito se debate a replicação de práticas de apadrinhamento quando da escolha do melhor candidato à docência.

Os editais, portanto, não eram neutros, revestidos por seu caráter objetivo, carregavam ideologias, valores e diretrizes do governo provincial e imperial, uma vez que o ensino secundário era regulado pelo exemplo do Colégio Pedro II, RJ. Isso reforçava um padrão moral, político e social em torno de um perfil específico do professor do Lyceu Parahybano, o intelectual. Dessa forma, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1996, p. 44).

Ao debruçar-se, nos questionamentos do uso de mecanismos de influências que envolviam os concursos e à docência nesse nível de ensino, pode-se observar um “clientelismo”. Essa prática de troca de favores, segundo Graham (1997), promovia benefícios de distribuição de cargos públicos, não necessariamente por méritos e

competências, mas pelo favorecimento em troca de fidelidade e apoio político. Assim, o poder e o prestígio dessas famílias poderiam crescer ou diminuir conforme conseguiam manter essa rede de influências.

Com base nisso, prosseguimos refletindo acerca das exigências anunciadas para inscrição nos concursos, que deixam também saber acerca das desigualdades socioeconômicas e políticas da época. Como esperar a participação ampla de candidatos, quando muitos não tinham certidões de conclusão, seja no secundário ou superior, uma vez que só poderiam ser obtidos tais documentos por quem tivesse acesso a instituições oficiais e, no caso da instrução secundária, sendo elas equiparadas quase sempre ao Colégio Pedro II.

Não nos cansamos em dizer que os jornais, a todo momento, apresentavam a força das redes de sociabilidades políticas e econômicas que envolviam professores e estudantes do Lyceu Parahybano, reverberando os múltiplos vínculos ou funções acumuladas pelos candidatos nomeados. Nomes como Thomaz de Aquino Mindello e Leonardo Antunes são representativos desse universo de influência e poder, de modo que eram mencionados em diversos contextos, colunas sociais, eventos cívicos e em homenagens promovidas pelas elites locais.

Para além do perfil dos candidatos, ao comparar fontes distintas, a exemplo dos regulamentos, leis e periódicos, pudemos perceber as formas com as quais os concursos vinham sendo pensados/planejados/executados. Acerca da importância do diálogo entre o conjunto documental, Feronato (2010, p. 35) nos faz refletir o quanto é necessário esse movimento, a fim de compreender para além daquilo que está dito e visível diretamente.

Em se tratando dos concursos, enquanto um jornal tratava como prática legítima e técnica, outro destacava insatisfações, ausências ou irregularidades. Isso revela que a imprensa era um espaço de disputas simbólicas e políticas em torno da instrução pública. Cada publicação refletia os interesses e as alianças de seus redatores e patrocinadores, interferindo diretamente na maneira como os concursos e seus candidatos eram apresentados ao público leitor. Segundo Souza e Cury (2010), periódicos como o Jornal da Parahyba e O Publicador estiveram entre os de grande longevidade na província, ambos, em determinado momento, foram órgãos do governo e se mostraram atravessados pelos interesses políticos – conservadores e liberais, respectivamente.

Através de um relatório oficial do Presidente da Província, publicado no jornal O Publicador, foi informada a convocação do professor Pe. Leonardo Antunes Meira Henriques. Nesse mesmo relatório, foi possível perceber críticas à qualidade do ensino no Lyceu Parahybano, o que nos fez pensar que esses documentos oficiais, além de tratar dos

concursos, também aproveitavam a oportunidade para “escancarar” problemas que necessitavam de uma solução no âmbito da instrução, dentre os quais o ensino secundário figurava. O teor da crítica dizia respeito à pouca frequência dos alunos na instituição e que muitos deles estavam buscando a formação secundária em outras instituições, sobretudo particulares, nas quais os exames tivessem validade para que pudessem dar continuidade aos seus estudos no nível superior.

O Lyceu deve tambem merecer vossa attenção; elle não presta, é verdade, o serviço que devia, as suas aulas são pouco frequentadas; o defeito porem não vem da instituição, e sim de causas estranhas. Os seus exames não valem nas Academias, nem mesmo tem qualquer serventia; os que pretendem os estudos superiores vão procurar a instrucção secundaria nos logares em que os exames lhes são facilitados, e os outros não ligão importancia a esses actos que lhes não dão direito a cousa nenhuma. É preciso garantir aos estudantes do Lyceu algumas vantagens para seus estudos, e exames. Entendo que o Lyceu deve ser conservado, e melhorado; é um estabelecimento util, e que com reformas adequadas pode prestar serviços importantes. (O Publicador, 11 de outubro de 1869).

A imprensa mostrava o lado da docência que representava um agente importante para o projeto civilizatório do Império, por isso era de interesse do governo, controlar quem e o que se ensinava. A posse das cadeiras por “proprietários” demonstra que o cargo docente era tratado como posição patrimonial, não como uma propriedade privada, mas através de uma posse legítima e estável. Uma vez aprovado em concurso e nomeado, tinha o direito de manter o cargo até a sua morte ou aposentadoria. No que pesa àquilo que era esperado dos professores, ressaltamos que se buscava não apenas o domínio do conteúdo, mas a capacidade de representar os valores de uma sociedade em formação e civilizada. Esse traço formativo estava relacionado a uma política de construção da nacionalidade e da ordem social.

Pela Directoría da Instrucción Publica desta província se manda anunciar que, em virtude de ordem de S. Exc. o Sr. Presidente da Província, de 5 do corrente mez, e na conformidade do regulamento de 11 de março de 1852, se acha posta em concurso, da presente data, a sessenta dias, a cadeira de lingua nacional do lyceo, vaga por falecimento do respectivo proprietário, bacharel Custodio Domingues dos Santos Junior (O Lyberal Parahybano, 28 de agosto de 1879).

Conforme temos dito, não é nada fácil perseguir o universo dos concursos do Lyceu, nesse sentido e buscando pistas que permitissem compreender o intervalo de tempo entre a existência de vaga e a publicação do edital, intentamos até mesmo perceber casos nos quais a vaga vem em decorrência de falecimento de um professor, como nos parece ter sido o fato do

mestre Custodio Domingues dos Santos⁵. Pode parecer pouco, mas é um dado que nos auxilia a compreender o tempo que geralmente era necessário entre o intervalo da existência da vaga e a promoção do pleito. No caso do professor Custódio, tudo ocorreu em uma semana, o que nos leva a crer que já se tinha uma base pronta do que seriam os requisitos para o concurso, documentos e também de possíveis pontos, sendo estabelecida de pronto a banca. Além disso, suscitamos a hipótese de que a celeridade em publicar um edital também dizia respeito ao desejo de manter a estrutura da instrução pública secundária funcionando.

Se aprovado, o professor tomava posse de uma cadeira dedicada ao ensino de disciplinas específicas. Assim temos:

(...) No Lyceu d'esta cidade funcionão sete cadeiras nas quaes ensinão-se: As linguas Latinas, Franceza e Ingleza. Arithmeticá, algebra até equações do 2.º grao, geometria, trigonometria rectelinea. Geographia, chronologia, historia, universal, com especialidade a geographia e historia do Brasil. Filosofia racional e moral. Rhetorica e poetica. (A Regeneração, Volume 1 - Instrucção Pública Secundária, 04 de setembro de 1861).

Os editais e os registros encontrados, não traziam explicitamente critérios de cor, gênero ou classe, mas percebe-se que os sujeitos que efetivamente acessaram esses cargos revelam um padrão socialmente delimitado, com exceção do Cardoso Vieira, que, apesar de vir de família de posse, era um homem negro e defensor da causa abolicionista, acerca desse personagem, falaremos logo mais. Apesar de majoritariamente, esses espaços excluírem determinados grupos sociais, Barros (2018), nos mostra o reconhecimento de que homens negros, no século XIX, ocuparam espaços importantes no âmbito do universo letrado na província da Paraíba do Norte.

Dando continuidade, destacamos que os professores nomeados para o Lyceu Paraíbano quase sempre eram identificados por meio dos signos de “Doutor”, “Bacharel” “Padre” ou “Comendador”, não sendo um mero detalhe ou mesmo coincidência do perfil instituído. Segundo Ferronato (2010, p. 34), esses docentes eram intelectualmente preparados e de grande reconhecimento na sociedade.

Importante dizer que não é nossa intenção trabalhar a questão de gênero nesse trabalho, contudo é impossível não sentir falta de nomes femininos nas nomeações e na Congregação dos docentes do Lyceu Paraíbano. Era esse um espaço de educação,

⁵ [...] fallecido bacharel Custodio Domingues dos Santos, tendo de fazer suffragar sua alma na igreja matriz desta cidade, ás 6 horas e meia da manhã do dia 1.º de julho proximo, setimo de seu passamento, convidam pelo presente a todos os collegas e amigos do fallecido para assistirem aos referidos actos religiosos, declarando-se desde já agradecidos a todos que se dignarem de comparecerem a elles (O Liberal Paraíbano, 28 de juho de 1879).

majoritariamente masculino e imbricado a um arcabouço patriarcalista. Segundo Silva (2023, p. 21), mesmo as mulheres participando das camadas mais altas da sociedade, muitas delas não passaram de meras ouvintes da carreira dos seus maridos e submissas a sua família.

Acerca da configuração do quadro de professores do Lyceu e o destaque para presença masculina na instituição, apresentamos:

Quadro 1 - Estrutura Curricular e Professores do Lyceu Parahybano em 1885

Número	Disciplina	Professor Responsável	Observações
1	Língua Nacional	Dr. Maximiano José de Inojosa Varejão	
2	Língua Latina	Dr. Antonio Alfrêdo da Gama e Mello	Adjunto: Trajano Pires de Holanda Cavalcante
3	Língua Francesa	Joao Antonio Marques	
4	Língua Ingleza	Bacharel Antonio Thomaz Carneiro da Cunha Junior	
5	Mathematicas elementares	João Hamilton	
6	Geographia	Comendador Thomaz de Aquino Mindello	
7	História Universal	Dr. Ernesto Augusto da Silva Freire	
8	Rhetorica e Poetica	Dr. José Ferreira de Novaes	
9	Philosophia	Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques	
10	Elementos de Ciências Physicas e Naturaes	Eugenio Toscano de Brito	

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do Histórico das Atividades do ano 1885, publicado no Jornal *da Paraíba* de 1885.

As bancas examinadoras dos concursos compostas pelos professores atuantes do Lyceu reforçam a ideia de reprodução interna dos valores institucionais, nos jornais ficava anunciado quem comporia a banca, responsáveis pela execução das provas, sempre tendo professores da instrução pública secundária. Pode-se analisar o Lyceu ao mesmo tempo que formava, ele também tinha o poder de avaliar e legitimar os que poderiam compor seus

próprios quadros. Isso, particularmente, me traz uma imagem do professor como um funcionário-modelo.

Seguindo esse segmento, após a posse, existiam regras que deveriam ser seguidas, tornando a ideia de docência como pertencimento, excelência e prestígio intelectual.

Em que pese o controle e a exclusividade dos lentes na execução de suas atividades após aprovados em concurso, temos as regras que se seguem não sair da capital durante o ano letivo sem prévia autorização do Presidente da Província e do Reitor para lugar que não pudesse voltar em 24 horas; não dirigir instituto ou lecionar aulas das cadeiras ensinadas no Lyceu no âmbito da instrução particular; e não exercer profissão de comércio ou indústria que o impossibilitasse de cumprir com os seus deveres junto à Instituição. Tais indicativos presentes no texto do Estatuto para além de conter a maneira como o professor deveria se posicionar, fez saber que o elemento dedicação exclusiva a eles imposta, segundo nos pareceu, pretendeu garantir para o Lyceu uma posição mais sólida em termos de seu funcionamento, tendo em vista ter à disposição um seleto quadro docente. (Miranda, 2017, p.52)

Essas regras, que aparecem no Estatuto do Lyceu, mostram que o professor precisava estar completamente disponível àquele ambiente de instrução. O jornal *A Regeneração*, publicado em 9 de outubro de 1861, refere-se à atuação desses docentes como “preceptores da mocidade”.

O pessoal empregado na instrução secundaria é reconhecidamente habilitado e idoneo. Os lentes do Lyceu distinguirão-se sempre na sua melindrosa missão de preceptores da mocidade; e muito me ufano de ter recebido de algns d'elles as primeiras noções litterarias. Deploro que ellas, só por defeito meu, não vivificassem-me a intelligencia, de modo a justificar a inspecção que constrangidamente estou exercendo sobre os meus antigos mestres, e de que por felicidade não me utilizo senão para proclamar-lhes o merecimento. (*A Regeneração*, 9 de outubro de 1861).

Essa valorização vista no periódico, é atribuída aos professores do Lyceu Parahybano, reconhecidos como profissionais habilitados e aptos para exercer esse cargo, formando intelectualmente a juventude. Quem tinha o objetivo de entrar no âmbito educacional da instrução secundária tinha que ter em mente que o cargo revelava uma visão muito rígida e idealizada. Era um molde de conduta, modelo de moral, quase um missionário da ordem social, contribuindo para a consolidação do Lyceu como instituição de referência na instrução pública secundária. Através desse tema importante, é possível reconstruir no próximo tópico o perfil de dois professores secundários – Thomaz de Aquino Mindello e Manoel Pedro Cardoso Vieira. Os concursos públicos, portanto, assumiram papel central nesse processo, sendo indispensáveis para legitimar o corpo docente, selecionando e refletindo a preocupação do governo provincial em assegurar a qualidade do ensino,

preservando os valores morais e políticos vigentes, além de reforçar a imagem do docente como agente fundamental no projeto civilizatório do Império.

3. REPRESENTAÇÕES E TRAJETÓRIAS DA DOCÊNCIA PÚBLICA SECUNDÁRIA DO LYCEU PARAHYBANO

As produções do campo da História da Educação seguem crescendo, mas, apesar das pesquisas, ainda há muito a ser feito, principalmente quando se objetiva traçar o perfil desses professores secundários. O mapeamento dos docentes aqui apresentados não representa uma totalidade, mas nos leva a apreender parte das trajetórias pessoais e profissionais de alguns deles e, portanto, acaba por fortalecer o movimento de pesquisa no sentido da intenção de estabelecer uma narrativa histórica de quem eram, mas também de disseminar uma memória educacional da instrução pública secundária na Paraíba. Existe uma escassez de trabalhos que tratam de forma direta de uma história da profissão docente secundária no século XIX e de uma história da profissão docente secundária na Paraíba nesse mesmo período. O que justifica e legitima, em certa medida, a produção da nossa escrita no TCC.

Para compreender essas trajetórias, é necessário, inicialmente, contextualizar o cenário do século XIX, cuja sociedade estava assentada nos direcionamentos de uma cultura patriarcalista, escravocrata e polarizada em meio a uma política ora conservadora, ora liberal. Para além, é necessário fazer uma reflexão da perspectiva positivista da história, cujo interesse e relação com a formulação de uma noção de pátria foram forjadas pelo projeto anunciado pelo IHGB, em meio à elaboração de heróis e grandes feitos. Dessa forma, percebemos que muitos professores públicos secundários não se restringiram à sala de aula, eles atuavam como intelectuais e ocupavam funções diversas, conforme já argumentamos anteriormente nesse texto.

De qualquer forma, no decorrer da segunda metade do século XIX era visível a existência de um grupo com atividades diversificadas, mas próprias aos homens de letras – escritores, críticos, historiadores, jornalistas, bibliotecários, professores – que formavam redes de sociabilidade em bibliotecas, livrarias, associações científicas, culturais e literárias, além do intercâmbio de ideias na imprensa e por correspondências – construíam, em comum, certas características intrinsecamente ligadas à identidade do grupo e que serviram para reforçar as solidariedades e vínculos sociais. (Gasparello; Villela, 2009, p.50)

Tendo em vista essas diversas funções, ao pensarmos em uma definição de

intelectual, podemos ressaltar a visão de Sirinelli (1998), que define como alguém que usa suas ideias e conhecimentos para se envolver na vida pública, ou seja, para participar da política, da cultura e das discussões sociais do seu tempo. Dessa forma, o autor primeiro atrela o intelectual à atividade política, depois confere à política uma dimensão essencialmente cultural (Sirinelli, 1998, p. 31).

Segundo Morais (2016), os homens que trabalharam como professores no Liceu Paraybano durante o século XIX tinham de suprir muitas expectativas, pois esperava-se que eles tivessem certas qualidades consideradas importantes e até essenciais para serem bons professores naquela época. Na balança, para além de uma formação bacharelesca e ou eclesiástica, que os conferia certo grau de habilidade para a função, também estariam os elementos morais, que tanto comporiam as virtudes que elevavam sua reputação, quanto como faltas que colocavam sua atuação em dúvida.

Seguindo esse segmento, ao refletir sobre essas expectativas, deve-se relembrar que a Província da Paraíba não tinha uma instituição específica que fosse voltada para formar esses professores do ensino secundário, e isso transparecia na própria organização curricular da instituição e no perfil dos docentes. Diante desse cenário, é relevante analisar as trajetórias individuais de alguns desses docentes, para compreender como atuavam esses professores. Ao observarmos figuras como Thomaz de Aquino Mindello e Manoel Pedro Cardoso Vieira, por exemplo, se torna possível perceber como esses sujeitos eram inseridos em uma lógica de prestígio intelectual e influência pública dentro e fora da Província.

3.1 Thomaz de Aquino Mindello: Formação, atuação e reconhecimento na instrução pública secundária

Thomaz de Aquino Mindello⁶, uma figura proeminente na instrução da Paraíba Imperial no século XIX. Filho de José Francisco Mindello e Maria Izabel da Silva, nascido em 6 de junho de 1823, em Recife, Pernambuco, Brasil. Casou-se com Anna Alexandrina Lima⁷ em 17 de fevereiro de 1855 e tiveram pelo menos 5 filhos e 4 filhas.

Segundo Lima (2010), Thomaz foi “o professor mais antigo da instituição do

⁶ Informações sobre Thomaz de Aquino Mindello, incluindo data de nascimento, casamento e filiação, disponíveis em: *FamilySearch*, <https://www.familysearch.org/>. Acesso em: 05 de agosto de 2025.

⁷ D. Antonia de Lima Novaes, Francisco Fernandes Lima, D. Luiza Celistina da Rocha Lima, Francisco Ferreira de Novaes, D. Roza Maria de Lima Novaes, Alexandrina de Lima Mindello, Francisco Fernandes Lima Filho, Manoel Fernandes Lima. Brás José Velho de Lima, José Fernandes Lima e Thomaz de Aquino Mindello, viúva, pais, sogro, sogra, irmãos, tios e cunhado do falecido Dr. João Fernandes Lima, ferido da dor mais pungente, agradecem do íntimo d'alma a todas as pessoas que se dignaram de comparecer ao seu enterro acompanhando o féretro ao último jazigo, na tarde do 8 do corrente. (*Jornal O Publicador*- 14 de março de 1868).

Lyceu”, ele usava suas ideias, conhecimentos e cargos para atuar também na vida pública, nos debates políticos e culturais da época. Sua carreira era bastante multifacetada, isso fazia dele uma pessoa de prestígio e de visibilidade, seu nome aparecia em diversas listas das freguesias, convocações de júris populares nos jornais da época, mas sempre através de títulos diferentes como o de Doutor, Major⁸ e Comendador⁹.

Sua atuação estava para além da docência, ele também foi secretário do Lyceu Parahybano nos anos de 1854, 1855 e 1856 e chegou a ocupar a Direção/Reitoria da Instituição, ainda no Império e novamente no início da República. Ao mesmo tempo em que esteve ligado à instrução, também trabalhou como secretário de polícia, contudo, como ocupava outros cargos, foi exonerado em novembro de 1864. Seu nome aparecia com frequência em jornais, tanto assinando textos quanto sendo citado em notícias. Isso mostra que ele participava do debate público, seja escrevendo, seja sendo lembrado como figura de referência. Sua carreira foi destacada no âmbito educacional, tendo ingressado no Lyceu através de concurso em 1852, atuando respectivamente nas cadeiras história, geografia e cronologia.

Mindello era um homem que circulava nos espaços de poder e influência. Essa presença constante nos espaços públicos, muitas vezes fazia eco na imprensa. Em 1881, seu nome apareceu em meio a uma disputa política acirrada entre os periódicos *O Liberal Parahybano*, que publicou ataques e acusações contra o Comendador Mindello, certamente motivados por tensões partidárias locais e o *Jornal da Parahyba*, que em resposta a esses ataques, teceu elogios ressaltando a sua integridade e trajetória pública. Na edição de 24 de abril de 1881, lia-se:

O Comendador Mindello tem sido alvo de continuados ataques pelo Liberal Parahybano, que em sua sanha oppozicionista não tem poupadão calumnias e injurias. [...] A opinião pública não pode ser illudida por quem pretende, á custa de invectivas, denegrir um nome que é patrimônio da probidade. (Jornal da Parahyba, 24 de abril de 1881)

A edição seguinte, de 1º de maio, reforça essa visão:

De novo o Liberal Parahybano insiste em lançar suas setas contra o comendador Mindello. [...] A verdade é que sua reputação, firmada em longos annos de dedicação ao serviço público, não pode ser maculada por quem apenas cultiva a maledicencia. (Jornal da Parahyba, 1 de maio de 1881)

⁸ “Iilm. Sr. major Thomaz d’Aquino Mindello.-Satisfazendo ao que V.S. de mim exige, tenho a responder-lhe que, quando morreu o padre Faustino de Souza Falcão, se achavam em sua casa, além de outras pessoas, o então subdelegado José Marcos Ferreira de Moura (...).” (*Jornal da Parahyba*- 1881).

⁹ “Referimo-nos ao Sr. comendador Thomaz de Aquino Mindello, a quem nestes últimos dias esse periódico tem atacado de uma maneira virulenta, abaixo de toda crítica.” (*Jornal da Parahyba*- 1881).

A exposição nos jornais em circulação acerca da figura do Thomaz Mindello, nos parece, só corrobora a ideia de ser ele um intelectual, com ampla circularidade e participação ativa na vida pública da Província. Na edição do *Jornal da Paraíba* de 24 de agosto de 1881, Thomaz d'Aquino Mindello volta a ser mencionado, dessa vez em um contexto de exaltação dentro do Partido Conservador. Posiciona-se como um dos líderes centrais na articulação ao lado de figuras relevantes da época, como Felinto Florentino da Rocha e Antonio Bezerra Carneiro da Cunha:

O nosso partido conservador, como dizem os seus números com os chefes principais daquele partido, Thomaz d'Aquino Mindello, o comandante dos melhores elementos do Partido Conservador na província, com a sua eloquência política... (Jornal da Paraíba, 24 de agosto de 1881)

Ainda segundo Miranda (2017), ao tratar da participação dos professores do Lyceu nos jornais, destaca:

É fato que a atuação desses homens nos periódicos deixou transparecer elementos pertinentes aos seus posicionamentos pessoais frente à aspectos da vida pública, como agentes do seu tempo tinham nos impressos um espaço de divulgação de crenças e valores. (Miranda, 2017, p.61)

A atuação política e midiática de Thomaz de Aquino Mindello não era dissociada de seu papel como educador. Pelo contrário: o ensino era, naquele contexto, também um elemento político, se paramos para pensar que a instrução seria um dos caminhos mais adequados para sedimentar as bases do então Estado Nação ainda em constituição à época.

Certamente essa atuação política não pode ser desvinculada de seu papel como professor público secundário e nem mesmo ser desvinculada da cadeira à qual ministrava suas aulas - História, Geografia e Cronologia. Acerca da cadeira em questão, supomos, em diálogo com Toledo (2005), que se perpetuou em seu ensino essa “imagem de Nação” considerada legítima pelas elites imperiais, que se firmou tendo por base as diretrizes conceituais europeias de pátria e liberdade, mas que aqui seguiu uma trajetória em que as noções de liberdade, sociedade civil e política ficaram circunscritas aos interesses da “boa sociedade”. Isso auxilia e reforça certas ideias de pátria, nação e identidade, principalmente quando paramos para refletir qual o papel do ensino de História, em termos da constituição de sentidos, signos e significados de si e de nós enquanto sociedade.

Segundo Fonseca (1994, p. 49), “[...] o ensino de História na escola fundamental brasileira, esteve, desde sua inclusão nos programas escolares (século XIX), fortemente articulado às tradições europeias, sobretudo à francesa”. Sendo assim, gradualmente, a

cadeira de História foi se modificando à medida que se institucionalizou como uma disciplina acadêmica, sendo incorporada ao currículo educacional. Em 1886, conforme o Regulamento Geral da Instrução da Província da Paraíba, houve o desmembramento dessas disciplinas:

(...) Foi designado o professor de geographia e historia, comendador Thomaz de Aquino Mindello,- para ocupar a cadeira de geographia desannexada da de historia. Foi designado o mesmo professor para o novo cargo de reitor por portaria de 16 de novembro de 1885. (*Jornal da Parahyba*- 25 de novembro de 1885).

Naquele momento, Thomaz Mindello deixou de lecionar - História, geografia e cronologia-, e passou a dar aulas apenas de Geografia, enquanto a disciplina de História ficou a cargo do professor Ernesto Augusto da Silva Freire. A instituição, Lyceu, compunha uma estrutura curricular, na qual cada cadeira era dedicada ao ensino de disciplinas específicas.

Conforme já deixamos saber no capítulo anterior, o Lyceu Parahybano era uma instituição de grande longevidade na Província, seu currículo atendia quase sempre às demandas inerentes aos exames preparatórios para o ensino superior, seguindo o que pregava o Colégio Pedro II¹⁰. Dessa forma, para uma pessoa conseguir entrar no ensino superior, era necessário realizar os exames preparatórios, que tinham o propósito de avaliar o conhecimento adquirido nas disciplinas.

Os professores secundários construíram ainda uma identidade associada à participação ativa em setores administrativos da instrução pública, em bancas de exames e outras funções ligadas ao ensino público e particular, além da responsabilidade social que assumiram como autores de livros didáticos. (Gasparello; Villela, 2009, p.55)

Como citado, eles avaliavam conhecimentos em disciplinas consideradas essenciais para a formação intelectual de um estudante. O professor Thomaz Mindello, assim como diversos outros nomes, estiveram presente em várias das bancas de preparatórios realizadas pelo Lyceu.

¹⁰ “O prestigioso colégio, ensino secundário de caráter humanista, era pago, para estudantes do sexo masculino que se destinavam aos estudos superiores;” (Gasparello; Villela, 2009 , p.46)

Quadro 2 - Comissão examinadora de exames preparatórios e seus respectivos membros

Comissão Examinadora	Disciplina
Bachareis: Antonio de Souza Gouveia Filho e Maximiano José de Inojoza Varejão; Professor Trajano Pires de Hollanda Cavalcanti.	Portuguez
Bachareis: João Cavalcanti d'Albuquerque e Antonio Alfredo da Gama e Mello; Professor Trajano Pires de Hollanda Cavalcanti.	Latim
Dr. Eugenio T. Scano de Britto; Bacharel Antonio Thomaz Carneiro da Cunha Junior; Professor João Antonio Marques.	Francez e Inglez
Drs. Eugenio Toscano de Brito, Antonio Thomaz Carneiro da Cunha Junior e Rodolpho Galvão;	Inglez
1º Tenente Carlos Vidal de Oliveira Freitas; Engenheiro Bacharel José de Maria Borges; Professor João Hamilton	Mathematicas
Bachareis: Samuel Tertuliano Henriques e Ernesto Augusto da Silva Freire e Thomaz d'Aquino Mindello	Geographia e História
Comendador Thomaz d'Aquino Mindello; Bachareis: José Ferreira de Novaes e Antonio Alfredo da Gama e Mello.	Philosophia
Comendador Thomaz d'Aquino Mindello; Bachareis: José Ferreira de Novaes e Maximiano José de Inojoza Varejão.	Rhetorica

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir do Histórico das Atividades do ano 1886 (Jornal da Parahyba de 1886)

Marcar presença recorrente com seus nomes convocados nas bancas avaliadoras reforçava sua autoridade como referência no ensino público, além de evidenciar o papel central que desempenhava na formação de jovens rumo ao ensino superior. Sua responsabilidade era poder garantir a qualidade do ensino preparatório, definindo os conteúdos, métodos e funcionando como um filtro de acesso ao saber formal.

Não restam dúvidas que a atuação do Thomaz Mindello junto à instituição, o levou a ser nomeado, anos após o seu ingresso àquela congregação, como reitor do Lyceu

Parahybano, iniciando na função em 16 de novembro de 1885¹¹ até 1887¹². Sua trajetória exemplifica as múltiplas dimensões que formavam a identidade do professor público secundário no Brasil oitocentista. Onde as práticas, os conteúdos ensinados e as posturas exigidas em sala refletiam um projeto civilizatório mais amplo, no qual o Lyceu se consolidava como instrumento de reprodução da ordem vigente.

(...) contando, pois, 37 annos de effectivo exercício, e cousa admirável! Durante todo esse período deu apenas 15 faltas! E não foi somente a cadeira de Geographia que o distinto professor illustrou durante o seu longo tirocínio, pois até 1885 esteve esta cadeira ligada a de Historia, sendo desmembradas naquelle anno e nomeado para esta ultima o não menos distinto Dr. Ernesto Freire que continuou a illustrar-a honrando assim o seu antecessor. (*Gazeta da Parahyba*, 13 mar. 1889, apud Morais, 2016, p.77).

É notória a valorização simbólica atribuída à figura do professor secundário naquele contexto. Além disso, é possível compreender a longa permanência no cargo, reforçando a construção de uma imagem idealizada do mestre comprometido, disciplinado e moralmente irrepreensível.

3.2 Manoel Pedro Cardoso Vieira: magistério, engajamento político e construção de prestígio

Os estudos acerca da educação no ensino secundário nos levaram a uma inquietação em torno de outras trajetórias, a exemplo de possíveis intelectuais negros no Brasil do século XIX. Resgatar essas histórias contribui para o combate ao silenciamento e apagamento da memória dos homens e mulheres negras que tiveram participação significativa no âmbito educacional. Nesse sentido, é necessário iniciar refletindo sobre o conceito de memória, tendo em vista o que nos revela Candau (2023, p.69), na medida em que expõe que, no jogo de lembranças e esquecimentos, há um “caos de sobras ignoradas” que devemos considerar. Bem como chamar a atenção para o conceito de representação, na intenção mesmo de estabelecer uma leitura desses professores públicos secundários.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas

¹¹ “ (...) Foi designado o professor de geographia e historia, comendador Thomaz de Aquino Mindell,- para ocupar a cadeira de geographia desannexada da de historia. Foi designado o mesmo professor para o novo cargo de reitor por portaria de 16 de novembro de 1885.” (*Jornal da Parahyba*- 25 de novembro de 1885).

¹² “(...) Commendador Thomaz de Aquino Mindello, reitor do Lyceu Parahybano (...)” (*Jornal da Parahyba*- 25 de novembro de 1887).

pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (Chartier, 1990, p. 17).

Dito qual a compreensão de memória e representação que estamos dialogando, partimos para apreender a trajetória de Manoel Pedro Cardoso Vieira, que nos mostra que a educação era muito mais do que acesso ao conhecimento: era um caminho de afirmação e resistência. Dessa forma, pode-se observar como alguns intelectuais de “cor” durante esse período construíam prestígio, através da atuação social, por meio do magistério e do engajamento político. Ao ocupar posições de destaque no ensino secundário e participar ativamente do debate político, Vieira articulou saberes, valores e estratégias, que foram mediadas pelo seu contexto social, projetando suas concepções que acabam indo além de sua vivência pessoal. “Apesar dos obstáculos que a população negra enfrentava no que se relacionava à instrução, é viável pensar a história da educação da população negra no Brasil não apenas pelo viés da exclusão ou da precariedade”. (Barros, 2021, p.10)

Essa citação nos provoca a olhar para a história das minorias e que representa a “complexidade das relações raciais no Brasil Imperial” (Barros, 2021, p.11). Reconhecer que a trajetória educacional da população negra não foi linear, ao refletir acerca dessa complexidade, não anula as desigualdades da época, mas nos possibilita compreender a presença de intelectuais negros em espaços permeados por tensões e contradições. A existência de indivíduos como Cardoso Vieira rompe com a homogeneização que generaliza essa população e contribui para ampliar as possibilidades históricas. Muito embora seja válido destacar que Vieira foi um homem negro, mas que advinha de uma família de posses na província.

Contextualizando a vida pessoal do nosso protagonista, ele nasceu em 1848, recebendo um nome quase idêntico ao de seu pai¹³. Embora seja um detalhe simples, ajuda a situar quem era Vieira inserido na sociedade. Seu pai, subdelegado, tem o seu nome citado em listas de freguesias de um local chamado Jacoca¹⁴, um engenho que ficava em uma aldeia,

¹³ “—Idem.-O vice-presidente da provincia, à bem do serviço publico dimitte Pedro Cardoso Vieira do cargo de subdelegado do districto da Jacoca.” (*O Publicador*- 05 de agosto de 1868).

¹⁴ Atual município do Conde. Fonte do site: <https://ipamconde.pb.gov.br/conheca-a-cidade/>. (Acesso em: 25/08/2025)

onde originalmente era habitado pelos indígenas Tabajara. Manoel Cardoso Vieira passou grande parte da sua vida nessa localidade, dedicou-se aos seus estudos, desde a instrução primária ao superior, sendo essa última fase quase sempre um privilégio das elites oitocentistas.

Em um registro do jornal *O Publicador*, podemos observar fragmentos que confirmam a sua presença como aluno na Faculdade de Direito¹⁵, sendo no curso reconhecido por seu “brilhantíssimo”, conforme apontam Bittencourt (1914, p. 259, *apud* Miranda; Mariano; Silva, 2024, p. 88). A presença do Cardoso Vieira no curso de direito, defendemos, não indica apenas um traço da sua trajetória individual, mas um elemento para pensar a presença da população negra em espaços tradicionalmente excludentes, desafiando os limites impostos pelo racismo estrutural.

O mesmo: “Teve contato com nomes que viriam a compor o cenário político intelectual brasileiro Joaquim Nabuco, Tobias Barreto e Castro Alves foram alguns dos sujeitos com os quais conviveu e dividiu a sua formação na cidade pernambucana” (Santos; Silva, 2020, p. 484). Essas interações, provavelmente, enriqueceram seu repertório cultural e jurídico, pois eram nomes de destaque em debates sobre o abolicionismo brasileiro.

Cardoso Vieira é considerado um abolicionista, teve participação ativa nesse debate, muito embora se torne contraditório pensar que ele mesmo possuía escravos sob sua posse. O mesmo participou como poeta ligado ao Condoreirismo, que abarcava o movimento romântico e antiescravista. Miranda, Mariano e Silva (2024, p. 93) destacam que Vieira era considerado um "abolicionista precoce" e um representante do professorado com tendências leigas e agnósticas que prevaleceu no Lyceu a partir de 1870, conforme também nos fala Menezes (1982, p. 190). Isso colocava Cardoso Vieira posicionado de forma ativa diante das transformações políticas da época, chegando no período de 1864 a 1867, a atuar exercendo o mandato de Deputado Geral pelo Partido Liberal na província paraibana.

Todos esses indivíduos estiveram fortemente presentes na vida política da Província durante boa parte do século. Foram eles alguns dos indivíduos capazes de inter-relacionar “os vários grupos políticos, econômicos e sociais” em apoio aos interesses do Império (Ferronato, 2012, p. 201).

Seu engajamento político reforça a percepção de que Cardoso Vieira não era um sujeito isolado, mas parte ativa das disputas e transformações de sua época. Isso mostra o peso da sua atuação, mais do que um título, o mandato parlamentar significava a

¹⁵ “(...) —Réo José do Torres Bandeira, pronunciado no art. 205 do cod. crim. —Advogado da defesa, academico Manoel Pedro Cardoso Vicira. -Absolvido.” (*O Publicador*- 24 de agosto de 1864).

oportunidade de intervir diretamente em debates sobre o futuro da Província e porque não falar da nação em construção, incluindo a urgência do fim da escravidão, uma conquista individual e um marco coletivo.

Seus ideais também se manifestaram em sua atuação nos periódicos locais, na qualidade de redator ou escritor. Diante de uma sociedade de base escravocrata, isso era ainda mais expressivo, pois implicava assumir um lugar de fala em um espaço historicamente negado a população negra, afirmindo sua autoridade no campo da intelectualidade da época. Compreende-se o seu prestígio social, diante dos periódicos ligados ao Partido Liberal e também através do seu próprio jornal, criado em 1875, intitulado “*O Bossuet da Jacoca*” (Santos; Silva, 2020, p. 484).

Ao buscar relações entre o nome escolhido para o seu jornal e o influente orador francês Jacques-Bénigne Bossuet, sugere uma aspiração de autoridade e a capacidade de reflexão crítica. O acréscimo de "da Jacoca" seu local de origem, percebe-se, um intelectual que tinha passe livre para transitar entre as esferas mais altas da sociedade, mas ao mesmo tempo, reconhecia a sua identidade local e utilizava da sua voz para ecoar às demandas de seu contexto social.

Essa formação intelectual, repleta de bagagem de vivências adquiridas em diversas funções, preparou-o para atuar como docente, pois indicava uma boa conduta para adentrar um cargo que exigia um prestígio social, como era o caso do Lyceu Parahyba. Dessa forma, é necessário retomar as reflexões do capítulo anterior, no qual se discutiu a vantagem conferida aos ex-alunos na obtenção de cargos dentro da instituição. Segundo Barros (2018, p. 164), destaca-se que “ele se tornou professor do Lyceu em 1872” por meio de concurso público, contudo o fato de ter sido diplomado pela instituição garantia a ele a vantagem de desempate, o que era algo importante para a sua entrada em cargos públicos provinciais. Sendo assim, dialogando com outros autores, encontram-se informações acerca da sua respectiva nomeação.

No ano de 1871, retorna à Província da Paraíba do Norte e se dedica à advocacia, ao jornalismo e ao magistério, dando aulas de matemática elementar na sua casa. No ano seguinte, presta concurso para ser professor da cadeira de Retórica do Liceu paraibano e obtém a aprovação, com a respectiva nomeação. Mas no ano de 1875 deixa de ensinar Retórica e passa a ensinar Geometria por decisão do governo provinciano. (Biserra, et al., 2012, p. 498-499).

Essa transição da cadeira de Retórica para a de Geometria, ocorreu por causa da jubilação do professor Manrique Victor de Lima, antigo professor da disciplina (Miranda;

Mariano; Silva, 2024, p.92). Cardoso Vieira representa, de maneira emblemática, a lógica de continuidade que o Lyceu direcionava a uma parte desses antigos discentes ao magistério, colocando-os em uma posição de destaque. Tendo em vista que a instituição “alcançou a alcunha de formar 'a mocidade' para o exercício nos cargos de comando da província” (Miranda; Mariano; Silva, 2024, p. 77), pode-se observar um ciclo, um entrelaçamento entre a trajetória escolar e posição social, onde existe uma consolidação de espaço de produção de elites locais.

Ao refletir acerca desse ciclo, nota-se que Manoel Cardoso Vieira usou as "ferramentas" que a elite valorizava, o seu diploma, a erudição, a sua carreira, para defender ideias que eram, em essência, contrárias aos interesses da maioria que estavam em uma esfera privilegiada. Percebe-se, uma subversão que o diferenciava, mostrando o paradoxo de sua trajetória e atos de resistência.

Segundo Feronato (2012, p. 22), em sua tese, há registros de embates políticos entre Manoel Pedro Cardoso Vieira e o professor Lindolfo José Correia das Neves, este último já mencionado por nós anteriormente nesse texto, evidenciando tensões e disputas de influência no ambiente educacional e que exigia também articulação política.

Em anos diferenciados, nas décadas de 1860 e 1870, exerceu o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia. Recebeu de seus contemporâneos títulos e honrarias, foi cavaleiro e comendador da imperial ordem de Cristo, em 1860. Ou seja, quando Manoel Pedro iniciou as controvérsias políticas com o padre, este dispunha de grande experiência na vida pública e era um respeitado político nos cenários local e nacional (Rocha, 2013, p.07)

Esses momentos de disputas citadas revelam como a docência no Lyceu ultrapassava o limite da sala de aula e se articula com arenas de poder. Isso torna evidente que esses embates de Cardoso Vieira não aconteciam se opondo a um adversário qualquer, mas contra uma pessoa consolidada no cenário local e as bases conservadoras da sociedade imperial. Ao narrar essas questões, passamos a enxergar não apenas o indivíduo, mas também as possibilidades e contradições de uma geração de intelectuais e políticos que contribuíram, de maneira decisiva, para a construção da sociedade brasileira.

Considerando, o ano em que ingressou como professor secundarista e a data de seu falecimento¹⁶, embora tenha sido curto o período no âmbito educacional, mas a sua relevância não deve ser medida apenas pela duração, e sim pela intensidade e pelo significado de sua atuação. Visando seus ideais, como docente, em uma instituição de grande prestígio, que

¹⁶ Cardoso Vieira faleceu em 1880 com 32 anos, por causa da febre amarela (Santos; Silva, 2020, p. 487)

propagava ideias políticas, pode-se imaginar um ensino onde professores e estudantes articulavam constantemente saberes e interesses.

Ao refletir acerca do professor público secundário, de modo geral, observa-se que o perfil deles oscilava entre “padres-mestres”, “bacharéis-políticos” e “mestres ecléticos” (Miranda; Mariano; Silva, 2024, p. 14). Uma combinação de autoridade religiosa, saber jurídico-político e experiência prática. Observar esses indivíduos apenas como professores seria reduzir a complexidade de suas atuações, que iam além da sala de aula e tornavam o corpo docente multifacetado.

Acerca do professor Manoel Cardoso Vieira, existe uma lacuna significativa nas fontes sobre sua atuação em sala de aula e sua relação com os alunos. Isso exige da pesquisa histórica um esforço para reconstruir sua importância a partir de outros elementos de sua trajetória. Portanto, torna-se um exercício de escrita, que busca desafiar os mecanismos de apagamento da história e do direito à memória, no caso aqui, de um intelectual negro do século XIX da Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre os concursos do magistério público secundário no Lyceu Parahybano, entre 1864 e 1886, revela que a instrução na Paraíba Imperial não pode ser compreendida apenas por suas leis e regulamentos. O cenário apresentava uma grande escassez de recursos e de pessoal especializado. O estudo de fontes, como os regulamentos oficiais e os jornais, permitiu-nos identificar a fragilidade do sistema, que frequentemente cedia a "vícios e abusos". Embora os concursos tivessem o intuito de garantir a competência e a transparência na seleção dos docentes, na realidade acabava sendo um reflexo das complexas formas de poder, influência e clientelismo que regiam a burocracia do Império.

As nomeações interinas, as dispensas de concursos para clérigos e o peso familiar indicam que o capital simbólico tinha um papel fortemente articulado dentro dessas sociedades. O status social e as redes de sociabilidade eram tão, ou até mais, importantes que as qualificações formais para a obtenção de uma vaga na docência pública secundária. A imprensa, por sua vez, emerge não apenas como um canal de divulgação oficial, mas como um campo de batalha ideológico, onde as disputas entre os diferentes grupos políticos se refletiam diretamente na forma como os concursos e os próprios candidatos eram apresentados ao público.

A trajetória dos professores analisados, em particular a de Thomaz de Aquino

Mindello e Manoel Pedro Cardoso Vieira, ilustra o perfil multifacetado dos docentes secundário no século XIX. Eles não eram apenas mestres, mas intelectuais, políticos e figuras públicas que circulavam em diversas esferas do poder, utilizando sua erudição e seu prestígio para acumular funções e defender os ideais que se alinhavam ao projeto civilizatório do Império. A posse nas cadeiras de instrução secundária reforça a ideia de que o cargo docente era um posto estratégico para a consolidação da ordem social e política vigente.

Em suma, os concursos do Lyceu Parahybano representam o ponto de convergência entre a teoria e prática, modernidade e tradição. O sistema educacional estava longe de ser um espaço neutro, era uma arena de disputas, negociações e contradições, revelando as dificuldades de um Estado em formação que tentava, a todo momento, conciliar interesses políticos, religiosos, sociais e pedagógicos. A trajetória desses concursos é, portanto, uma história construída entre avanços e retrocessos do ofício/profissão do professor, mas que, acima de tudo, servia de instrumento para a reprodução da ordem e para a legitimação de uma elite que via na educação a sua principal ferramenta para sua continuidade no poder.

Por fim, dizemos que a pesquisa aqui apresentada, é, pois, uma contribuição para o campo da História da Educação, em especial a História da Educação paraibana. Sendo o TCC, fruto de um amadurecimento pessoal e acadêmico, resultante dos estudos junto a Iniciação Científica. Investigar a temática dos concursos e o perfil da docência pública secundária, me despertou o desejo de continuar, em um futuro próximo, explorando as relações que envolvem os professores secundários, o poder e as identidades, em meio às práticas e políticas dos concursos.

Certamente, para isso, percebemos a trajetória passada como uma forma de aprendizagem, um início, partida, suas falhas, evoluções e estagnações. Tudo isso contribuiu até aqui, para compreender aonde chegamos, na qualidade de professores/as que somos, e como as marcas desse período ainda se refletem nas práticas e nos desafios da docência contemporânea. Concluímos então dizendo que não apenas perseguimos um rastro da memória dos concursos públicos do Lyceu, mas tentamos compreender os alicerces sobre os quais foi sendo construída a educação pública secundária na Paraíba ou parte dela, seus sujeitos, formação e ingresso na docência, sendo esses elementos importantes para identificar raízes ainda mais profundas acerca desse nível de instrução, ora elitista, patriarcalista e em se tratando dos certames, clientelista.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: PORTOCARRERO, Vera; BRANCO, Guilherme Castelo. Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 117-137.

BARROS, S. A. P. Graciliano Fontino Lordão: um professor ‘de côr’ na Paraíba do Norte. Revista Brasileira de História da Educação, 18, e033. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/44836>. Acesso em 20 abr de 2025.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Intelectuais negros entre o século XIX e início do XX: novas perspectivas para a história da educação brasileira. Dialogo, São Paulo, n. 37, p. 1-14, jan./abr 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/dialogia.n37.19826>. Acesso em 20 abr de 2025.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Universo letrado, educação e população negra na Paraíba do Norte (século XIX). 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13062017-113159/>. Acesso em: 06 de junho de 2025

BISERRA, Ingrid K. C. et al. História intelectual, imprensa e atuação parlamentar: uma análise preliminar do pensamento de Manoel Pedro Cardoso Vieira. In: FERRONATO, Cristiano; NUNES, Maria Lúcia da S.; ARAÚJO, Rose Mary de S.(Orgs). Anais Eletrônicos do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa, 2012.

BITTENCOURT, C. M. F. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M. A. T. de; RANZI, S. M. F. (Org). História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

CANDAU, V. M. Educação descolonizadora: construindo caminhos. Nuevamérica, Buenos Aires, n. 149, p. 35-39, 2016. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/ong/wp-content/uploads/2019/07/0149.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

CARVALHO, Álvaro de. Notas sobre Manuel Pedro. In: Revista da APL, nº 04, João Pessoa: 1984.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1990.1

CURY, Cláudia Engler. FLORES, Elio Chaves. CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. (org.) Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do século 20. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

FERRONATO, Cristiano. As aulas "avulsas" de latim públicas e particulares e o Lyceu Parahybano: o ensino secundário da província da Paraíba do Norte e os desafios entre o avanço da modernidade e a manutenção da tradição (1834-1877). Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (VIII). Anais... São Luis, 2010

FERRONATO C. J.. Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Paraíba do Norte (1836-1884). 2014. Aracaju, SE.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. 2 ed.. Campinas SP: Papirus, 1994.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 44.

LIMA, Luciano M. de. Escravidão, liberdade, pobreza e rebeldia no contexto do Quebra-quilos (1874-1875). In: CURY, Cláudia E.; MARIANO, Serioja (Orgs.). Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Liberdade interditada, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2010.

LIMA, Rosangela Chrystina Fontes de. Grupo Escolar "Dr. Thomás Mindello" e a Cidade: espaços de difusão dos ideários da modernidade (1916-1935). 2010. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. Revista Diálogos, v. 1(5), 2001.

_. Cultura escolar do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello: espaço de reinvenção e disseminação de novas práticas educacionais (1932-1950). 2016. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

Medeiros Gasparello, Arlette; de Oliveira Santos Villela, Heloisa. Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. Revista Brasileira de História de Educação, vol. 9, 2009, pp. 39-60 Sociedade Brasileira de História da Educação Maringá, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161062006>. Acesso em: 10 de junho de 2025.

MENEZES, José Rafael de. História do Lyceu Parahybano. João Pessoa: Editora Universitária, 1982.

MIRANDA, Itacyara Viana. Tradição gloriosa: Lyceu Parahybano, uma história de protagonismos (1886-1923). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

MIRANDA, Itacyara Viana; MARIANO, Nayana R. C.; SILVA, Vivia de Melo. Trajetória

formativa da docência pública secundária na província da Paraíba: o notório caso de Manoel Pedro Cardoso Vieira. In: SANTOS, Yan Soares; LIMA, Dayana Raquel Pereira de (orgs.). *Saberes e práticas docentes no Atlântico Sul, séculos XIX e XX* [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2024. ISBN 978-65-5621-421-4.

MORAIS, Maday de Souza. O ensino de história no Liceu Paraibano oitocentista (1839-1886). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. A Imprensa (1858)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. A Opinião (1867)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. A Parahyba (1880)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. A Regeneração (1861)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. A União Liberal (1879)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Jornal da Parahyba (1863)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. O Cosmopolita (1854)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. O Despertador (1861)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. O Emancipador (1883)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. O Imparcial (1861)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. O Liberal Paraibano (1879)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. O Mercantil (1883)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. O Popular (1884)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. O Publicador (1868)

IHGP, Acervo Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. O Tempo (1865)

PINHEIRO, A. C. F. Uma Escola Propedêutica na Província da Paraíba do Norte: O Lyceu parahybano (1836 a 1848). In XXV Simpósio Nacional de História, Anais do XXV Simpósio Nacional de História- História e Ética. Fortaleza: Editora da UFCE, 2009, v. 1, p. 1-10.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial. Brasília, DF: INEP/MEC, SBHE, 2004.

ROCHA, Solange P. Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Unesp, 2009.

SAVIANI, Dermerval et al. O legado educacional do século XIX. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 de set. 2025.

Silva, Vanessa Costa. Concursos da Instrução Pública Secundária na Província da Parahyba do Norte (1846-1884) / Vanessa Costa Silva. João Pessoa, 2023

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais in: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SIRINELLI, Jean-François. 'As elites culturais'. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dirs.). Para uma história cultural. Traduzido por Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SOUZA, Thiago Oliveira de; CURY, Cláudia Engler. A instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do Século XIX (1858-1889). In: XIV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH SEÇÃO PARAÍBA. (Trabalho Apresentado em Pôster). 14., 2010. Anais [...]. João Pessoa - PB, 2010.

TEIXEIRA, Anísio, (1966). O problema da formação do magistério. Rev. Bras. Est. Ped, Rio de Janeiro, v. 46, nº 104, p. 278-297.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi (Org.). A disciplina de História no Império Brasileiro. Revista Histedr on-line. n. 17, p.01-10, 2005.